

CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2002-2018

Alguns apontamentos



Darcy Francisco Carvalho dos Santos
darcyfcs@terra.com.br

Sumário

1. Introdução.....	2
2. Comportamento das principais variáveis financeiras	2
2.1. Receita corrente líquida - RCL	3
2.1.2. Grande queda da arrecadação	5
2.2. Indicadores financeiros em % da RCL	6
a) Margem para investir e investimentos	6
b) Serviço da dívida e resultado primário.....	7
c) Evolução da dívida do Estado.....	10
d) Despesa com pessoal mais ODC.....	10
d.1.) Despesa com previdência.....	12
e) Resultado orçamentário e receitas de capital.....	14
3. Estado do Rio de Janeiro no “ranking” nacional em 2018	17
Conclusão.....	18
Referências Bibliográficas	19
ANEXO DE TABELAS	20

1. Introdução

Inicialmente, cabe destacar que até 2009 a fonte de dados adotada para esta análise foi o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados, da STN, que com o passar dos anos, deixou muito a desejar, por conter duplas contagens em despesa de pessoal e registros em outras despesas correntes (ODC) do que seria despesa de pessoal. Por isso, damos mais ênfase à análise da soma pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira). Também deixou de constar o passivo financeiro e não financeiro, o que impediu de fazer uma análise que envolvesse esses indicadores.

Diante dessa dificuldade, a partir de 2010, passamos a coletar os dados junto aos *sites* dos próprios estados, nos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, especialmente o “Resultado Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

2. Comportamento das principais variáveis financeiras

Nesta parte é feita uma análise da evolução das principais variáveis financeiras em proporção da receita corrente líquida – RCL.

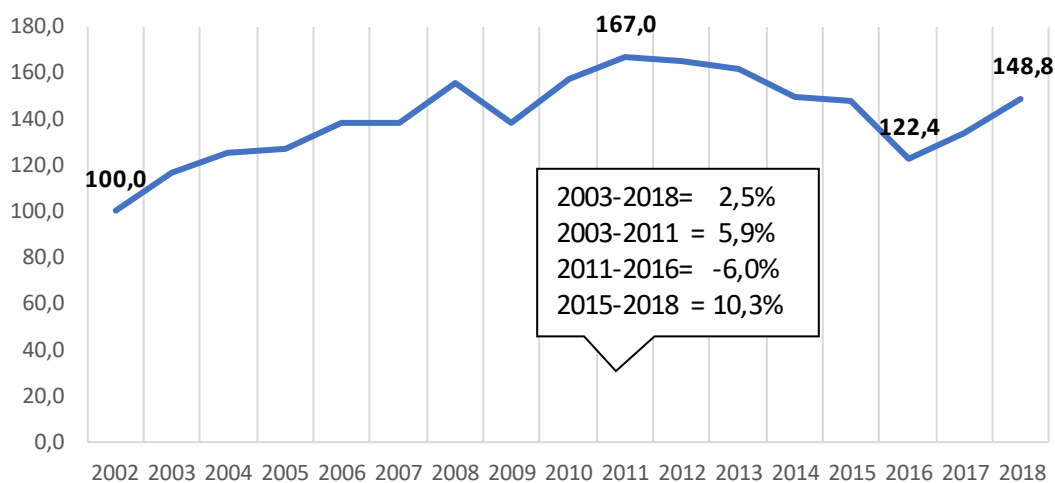
A RCL considerada não é aquela da lei de responsabilidade fiscal - LRF que, diante das diversas exclusões da própria lei e das interpretações posteriores, deixou de ser um parâmetro adequado para comparações. Por isso, adotamos a RCL gerencial, constituída da receita corrente, menos as transferências aos municípios e também as perdas do Fundeb. Dito de outra forma, a RCL considerada é a parcela da receita corrente que, efetivamente, fica com os estados. Por isso, começamos a análise da evolução da própria RCL.

Adotamos a RCL da LRF apenas para medir o endividamento, na relação DCL/RCL. Os dados financeiros em seus valores absolutos estão geralmente atualizados pelo IPCA, pela sua variação média anual.

2.1. Receita corrente líquida - RCL

A RCL do Estado do Rio de Janeiro no período 2003 a 2018 cresceu a uma taxa real média anual de 2,5%, ficando na 26ª posição no país. O maior crescimento se verificou no período 2003-2011, quando a receita cresceu a uma taxa média de 5,9%, devido ao “boom das commodities”. A partir de 2012 a RCL começou a declinar, em decorrência da crise econômica, perfazendo uma taxa de 2011 a 2016 de -6%. No biênio 2017-2018 ocorreu uma grande recuperação, na ordem de 10,3% ao ano, mas ficou 11% abaixo do patamar de 2011 (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1. Estado RJ - Evolução relativa da RCL entre 2002-2018, em termos reais

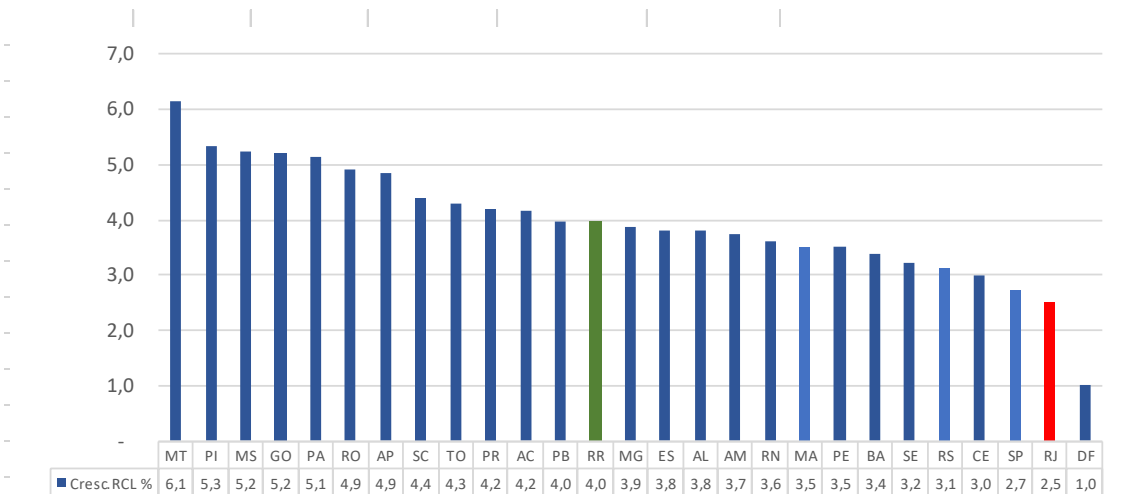


Fonte: Até 2009 - STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(R.Janeiro- Indicadores financeiros/RCL estados/H-113)

Já o gráfico 2.1.1. oferece a comparação entre o crescimento da RCL dos estados, em que o Estado do Rio de Janeiro, com 2,5%, ocupou a 26ª colocação no País (a penúltima), muito abaixo da média e da mediana nacionais. A mediana dos estados, ocupada por Roraima foi de 4%, sendo a primeira posição do Estado do Mato Grosso (6,1%) e a última dos Distrito Feral (apenas 1%).

Gráfico 2.1.1. Taxa de crescimento real anual da RCL dos estados, 2002-2018, em ordem decrescente



Fonte: Até 2009 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

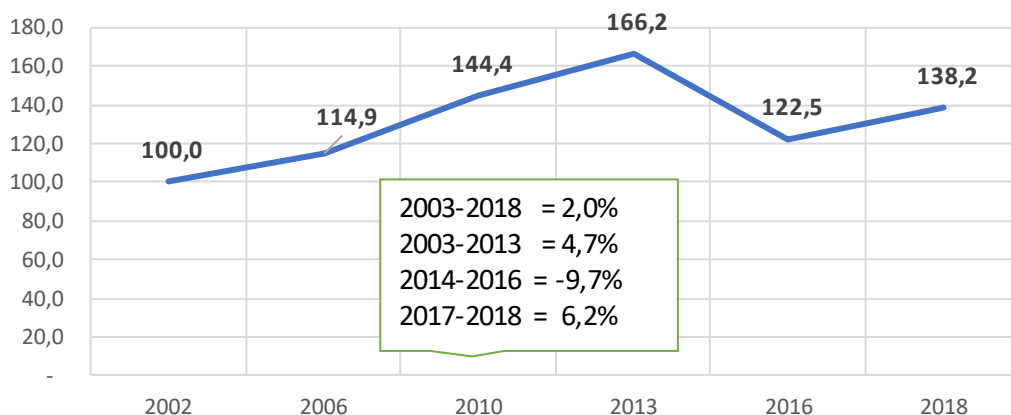
(RJ - Indicadores financeiros/RCL estados/G-80)

Média e mediana.

2.1.1. Evolução do ICMS

.. Entre 2003 e 2013, a taxa de crescimento do ICMS foi alta, de 4,7%, refletindo o “boom da commodities”. Entre 2014 e 2016, com a crise econômica, a taxa foi decrescente, na ordem de -9,7%. No biênio 2017 e 2018, houve uma grande recuperação, com uma taxa de 6,2% (gráfico 2.1.2).

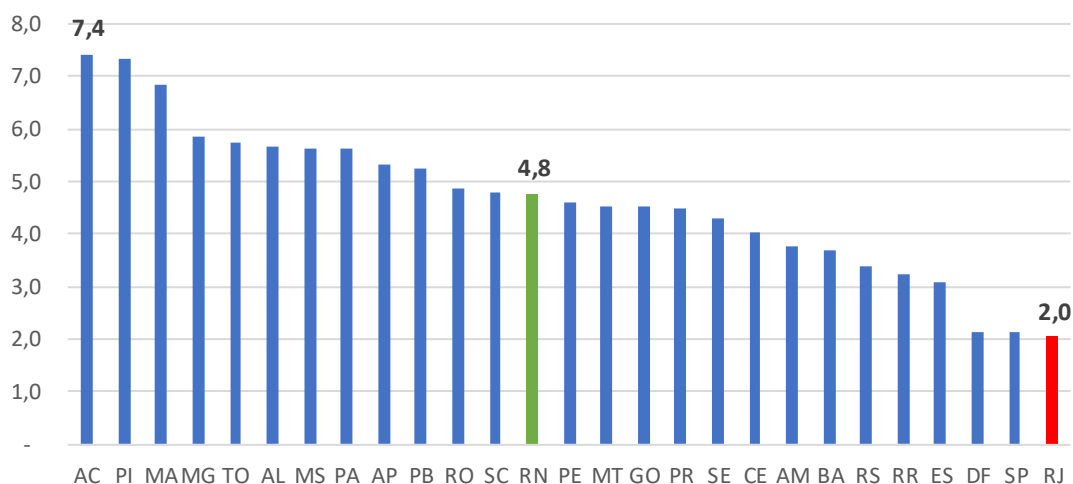
Gráfico 2.1.2. RJ -Crescimento real do ICMS no intervalo 2002 - 2018



Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados. (Análise estados 2019 /RJ - Indicadores financeiros/ICMS/G43).

Considerando o período como um todo, o ICMS apresentou uma taxa menor do que a da RCL, de apenas 2,0%, ocupando a 27ª posição no País (a última). A mediana nacional foi 4,8% e pertence ao Estado do Rio Grande do Norte, e a taxa maior ao Acre, com 7,4% (gráfico 2.1.3 e tabela E do Anexo).

Gráfico 2.1.3. Taxa de crescimento real do ICMS por estado, 2002-2018



Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados. (Análise estados 2019 /RJ - Indicadores financeiros/ICMS/L74).

Como o ICMS é o principal item de arrecadação, isso tem grande efeito no crescimento da RCL.

2.1.2. Grande queda da arrecadação

O Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos aumentou muito a despesa corrente, conforme veremos adiante. Ao mesmo tempo houve **uma grande queda na arrecadação**, conforme se verifica na tabela 2.0.

Entre 2013 e 2016 **a RCL caiu 24% ou R\$ 15,9 bilhões em termos reais**. Com a recuperação nos anos de 2017 e 2018, essa queda ainda ficou em **R\$ 5,1 bilhões, ou 8%**. O ICMS caiu 20% entre 2013 e 2016 e os royalties e participações especiais sobre o petróleo caíram 66% no mesmo período. Como o crescimento de ambas as receitas, o ICMS mantém uma queda de 9% no período 2013-2016 e os royalties e participações especiais, 5%. As transferências correntes no período citado caíram 14% reais.

Tabela 2.0. ICMS, royalties e participações especiais e transf.correntes				
Em R\$ milhões constantes de 2018 pelo IPCA médio anual.				
ANOS	ICMS	ROYALTIES E PARCIPAÇÕES	TRANS. CORRENTES	RCL
2013	41.538	11.120	7.787	65.551
2014	40.143	11.075	7.576	60.503
2015	37.295	6.178	6.917	59.935
2016	33.351	3.752	10.189	49.650
2017	33.394	7.400	6.573	54.198
2018	37.645	10.619	6.732	60.372
Em relativos				
2013	100%	100%	100%	100%
2014	97%	100%	97%	92%
2015	90%	56%	89%	91%
2016	80%	34%	131%	76%
2017	80%	67%	84%	83%
2018	91%	95%	86%	92%
Fonte: RREOs, Contas do Governo 2017. V.1, Rel.Gerencial p.158 e Relatório Gerecial, 2018, p.143 (royalties)				
(Estados 2019/R.Janeiro - Indicadores financeiros/Royalties/L11)				

2.2. Indicadores financeiros em % da RCL

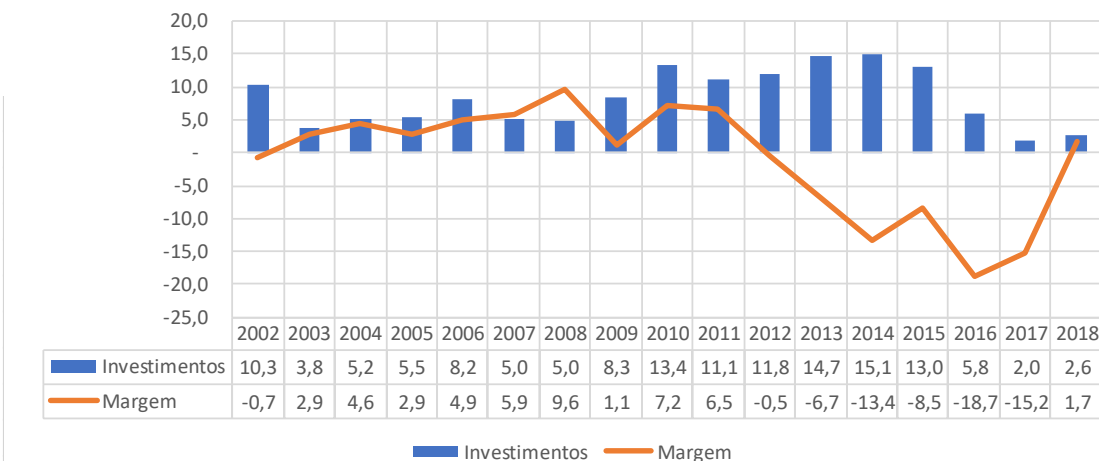
A tabela 2.1 apresenta os principais agregados de despesa como proporção da RCL, os quais estão analisados de modo particular nos gráficos e tabelas seguintes.

a) Margem para investir e investimentos

A margem para investir, a poupança do governo, é a diferença entre a receita corrente líquida e a despesa total, exceto os investimentos. Nos 17 anos do período considerado, a margem média foi negativa na ordem de -1%, enquanto os investimentos alcançaram 8,3%, indicando um grande aporte e recursos de terceiros em seu financiamento (gráfico 2.3). Até 2011 a margem foi positiva, passando a ser negativa daí em diante, tendo alcançado -13,4% em 2014, -8,5% em 2015, em -15,2% em 2017. Em 2018, por efeito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ela foi positiva na ordem de 1,7%. Nos anos de 2017 e 2018 os

investimentos foram de 2,3%, em média. O Estado do Rio de Janeiro foi o único estado a já aderir ao RRF. Entre 2010 e 2015, mesmo com margens altamente negativas, os investimentos foram altos, conforme se verifica no gráfico 2.3.

Gráfico 2.3 - Margem para investir e investimentos, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do estado.

(Rio Janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/D79

b) Serviço da dívida e resultado primário

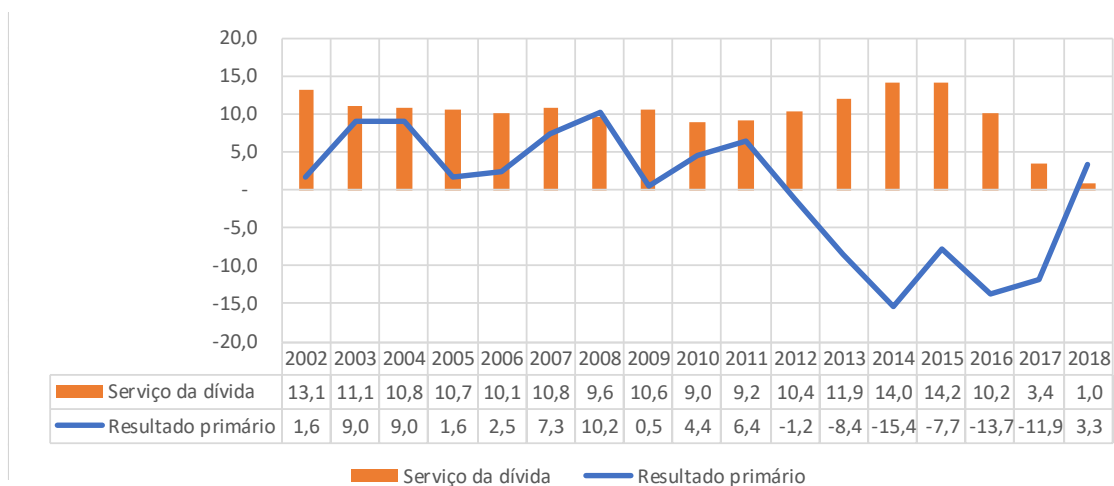
O resultado primário é destinado ao pagamento do serviço da dívida e atingiu uma média em 17 anos de $-0,1\%$ da RCL, para 10% do serviço da dívida, da qual nada cobriu (tabela 2.1). O resultado primário foi declinante desde 2009, quando passou a negativo de 2011 a 2017, tendo ficado positivo no último ano, talvez pela mudança de critério, de despesa empenhada para despesa paga. O serviço da dívida, que se mantinha mais ou menos estável, caiu no último triênio, devido ao novo acordo com a União, em 2016 (gráfico 2.4).

b.1. Acordo da dívida de 2016

A queda do valor do serviço da dívida referida, no último triênio, decorreu do novo acordo da dívida dos estados com o Governo Federal, com base nas leis complementares n^{os} 148/2014 e 151/2015, que prorrogou o prazo por mais 20 anos, trocou de indexador, de IGP-DI para IPCA, reduziu os juros de 6% para

4%. Além disso, concedeu 100% de desconto nas prestações por seis meses em 2016, desconto esse que passou a ser crescente, na razão de 1/18 em cada mês, até junho de 2018 no caso do Rio de Janeiro, a adesão ao RRF contribuiu ainda mais para a redução do serviço da dívida.

Gráfico 2.4. Serviço da dívida e resultado primário, 2002-2018, em % da RCL



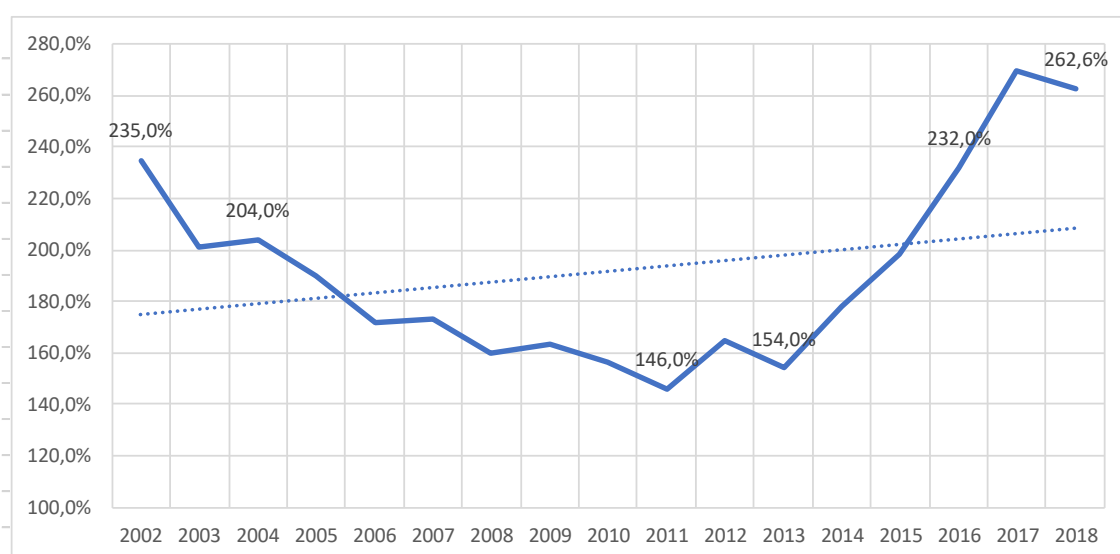
Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(R.Janeiro - indicadores financeiros/planiha 2/D108)

Tabela 2.1. RJ - Indicadores financeiros, 2002-2018, em % da RCL(*)																		
INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Previdência	23,7	22,1	19,4	20,0	20,4	19,6	18,1	21,1	19,9	20,2	22,0	24,2	27,7	26,0	34,1	36,9	31,3	23,9
Contrib.servidores													3,7	3,5	3,9	3,8	4,7	3,9
Investimentos	10,3	3,8	5,2	5,5	8,2	5,0	5,0	8,3	13,4	11,1	11,8	14,7	15,1	13,0	5,8	2,0	2,6	8,3
Margem p/ investir**	-0,7	2,9	4,6	2,9	4,9	5,9	9,6	1,1	7,2	6,5	-0,5	-6,7	-13,4	-8,5	-18,7	-15,2	1,7	-1,0
ODC	26,4	32,2	36,4	37,7	37,4	35,6	36,5	38,1	35,1	35,8	37,2	27,6	61,0	56,6	63,6	36,5	31,4	39,1
Pessoal + ODC	87,7	86,0	84,6	86,5	85,0	83,3	80,8	88,3	83,8	84,3	90,1	94,8	99,3	94,4	108,5	111,8	97,4	91,0
Pessoal e enc.sociais	61,2	53,8	48,2	48,8	47,6	47,8	44,4	50,2	48,6	48,5	52,8	67,2	38,3	37,8	45,0	75,3	65,9	51,8
Receitas de capital	3,3	1,0	1,3	2,9	2,9	1,2	1,5	4,5	5,7	6,6	11,8	20,4	28,7	13,2	2,7	6,3	5,3	7,0
Res.orçamentário	- 7,8	0,1	0,6	0,3	- 0,4	2,6	6,1	- 2,7	- 0,0	2,0	- 0,5	- 1,0	0,2	- 8,4	- 21,9	- 10,9	4,4	-2,2
Resultado primário	1,6	9,0	9,0	1,6	2,5	7,3	10,2	0,5	4,4	6,4	- 1,2	- 8,4	- 15,4	- 7,7	- 13,7	- 11,9	3,3	-0,1
Serviço da dívida	13,1	11,1	10,8	10,7	10,1	10,8	9,6	10,6	9,0	9,2	10,4	11,9	14,0	14,2	10,2	3,4	1,0	10,0
DCL/RCL-LRF	235%	201%	204%	190%	172%	173%	160%	163%	156%	146%	165%	154%	178%	198%	232%	270%	263%	
Fonte: Até 2009 - STN Exec.orçamentária dos estados . A contar de 2011 - Levantamento juntos aos RREOs e RGF do Estado.																		
Nota: Entre os estados há critérios diferentes de classificação entre o que seja despesa com pessoal e ODC.																		
(*) RCL gerencial = Rceitas corrente deduzida das perdas do Fundeb -transferências constitucionais e legais aos municípios.																		
(**) RCL menos despesa de pessoal, ODC e serviço da dívida. (Rio Janeiro - Indicadores financeiros/planiha2/C29).																		

c) Evolução da dívida do Estado

O endividamento do Estado do Rio de Janeiro, expresso pela razão DCL/RCL, foi decrescente até 2013, quando atingiu 154% da RCL. A partir de então a razão DCL/RCL passou a crescer, culminando como 262,6 em 2018, ocupando a primeira posição no País. Contribuiu muito para o aumento dessa razão a queda de arrecadação e o aumento de despesa nos últimos anos, citada no item 2.1.2 e a consequente deterioração das contas. Em 2002 essa relação era de 235% (gráfico 2.5).

Gráfico 2.5. Dívida consolidada líquida (DCL) em % da RCL



http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento até 2015. Após: Relatório de Gestão Fiscal do Estado.

(R.Janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/D136)

d) Despesa com pessoal mais ODC

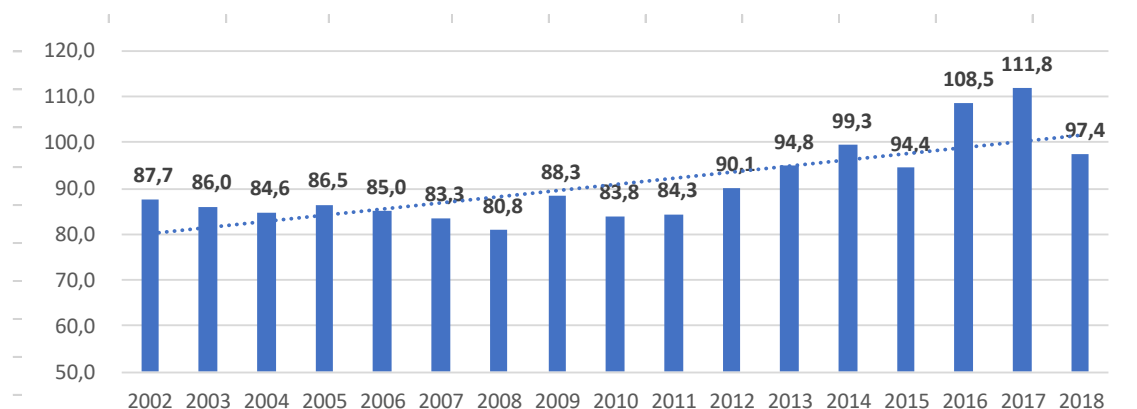
Conforme citado na Introdução, as duplas contagens e a troca de grupo de registro da despesa, em alguns estados, tornaram difícil a análise da despesa com pessoal de forma isolada (não agregada às ODC). Em alguns estados os demonstrativos financeiros deixam muita dúvida do que seja despesa de pessoal e ODC. No Estado do Rio de Janeiro esse problema fica muito evidente na tabela 2.2, adiante, quando grande parte da despesa com pessoal em 2014 foi lançada em outras despesas correntes (ODC).

Além disso, a despesa com pessoal e encargos sociais não é analítica, de forma a identificar pessoal ativo, inativo e pensionistas. Esses últimos constam como despesa com previdência em demonstrativo próprio nos RREOs. No entanto, a diferença entre a despesa total com pessoal e a despesa com previdência não pode ser considerada pessoal ativo, porque essa diferença contém outros itens que podem ter origem tanto nos servidores ativos, como nos inativos e pensionistas, como despesas de exercícios anteriores, sentença judiciais, etc.

Por isso, damos mais ênfase a despesa com pessoal mais outras despesas correntes (ODC), que se trata da despesa **corrente não financeira**, cuja participação na RCL no período em causa está na o gráfico 2.6, seguinte.

O dispêndio com pessoal mais ODC depois de ter decrescido até 2008, passou a ser alto e crescente, com pequenas oscilações anuais. Em alguns anos aproximou-se dos 100% da RCL, tendo ultrapassado em muito em 2016 (108,5%) e 2017 (111,8%). Em 2018 decresceu para 97,4%, já em função do RRF, que obrigou o Estado a grande ajuste. O gráfico 2.6 apresenta os gastos e a linha de tendência que é crescente no período.

Gráfico 2.6. RJ - Despesa com pessoal mais Outras despesas correntes (ODC)



Fonte: Até 2010 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(R.Janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/E-165)

É claro que o aumento da razão despesa/RCL tem muito a ver com a queda da receita, mas não foi só isso que aconteceu. A tabela 2.2 mostra que a taxa de crescimento de pessoal mais ODC em todos os períodos considerados, menos 2015-2018, foi superior ao da RCL

O período 2011-2014 foi quando houve o grande desequilíbrio, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas na maioria dos estados. Tomando os quatro anos, vamos ver que para uma queda de 5,3% na RCL, a despesa com pessoal mais ODC cresceu 12,3%.

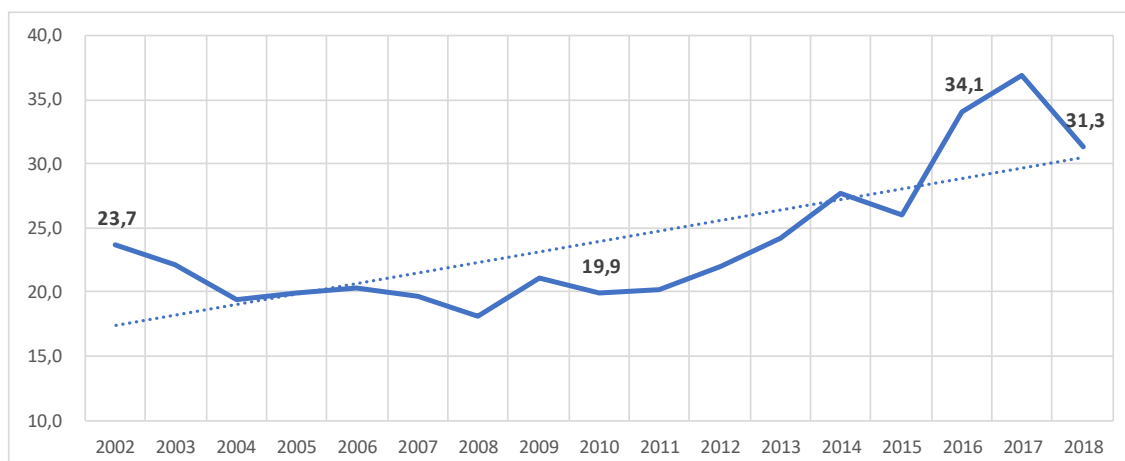
Tabela 2.2. RJ - Taxa de crescimento da despesa com pessoal, pessoal mais ODC e RCL, por períodos selecionados				
Valores em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA)				
Períodos	Pessoal e encargos	ODC	Pessoal+ODC	RCL
2002	24.837,3	10.726,5	35.563,9	40.573,4
2010	31.057,4	22.446,0	53.503,4	63.867,6
2014	23.159,3	36.926,4	60.085,8	60.502,7
2018	39.813,5	18.964,6	58.778,1	60.371,9
2003-2018	3,0%	3,6%	3,2%	2,5%
2011-2014	-7,1%	13,3%	2,9%	-1,3%
2015-2018	14,5%	-15,3%	-0,5%	-0,1%
2011-2014	Todo o período *		12,30%	-5,30%
Fonte: Até 2010 -STN - Execução orçamentária dos estados.				
Após: RREOs do Estado.				
(*) Em 2014 houve despesa com pessoal lançada em ODC.				
(Rio de Janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/X-167)				

d.1.) Despesa com previdência

A despesa com previdência, correspondendo uma média de 23,9% da RCL no período, contribui muito para o alto gasto com pessoal. O que preocupa não é a média do período, mas o grande crescimento, ao passar de 19,9% da RCL em 2010 para 31,3% em 2018, depois de ter alcançado 34,1% em 2017 (gráfico 2.7).

O gráfico 2.7.1 mostra a evolução da despesa previdenciária comparada com a da RCL, em quatro períodos distintos. Em todo o período considerado, a despesa previdenciária cresceu muito menos que a RCL (4,3% para 2,5% ao ano). Entre 2003 e 2013, o crescimento foi praticamente igual dessas duas variáveis, embora, embora o descompasso já comece em 2011.

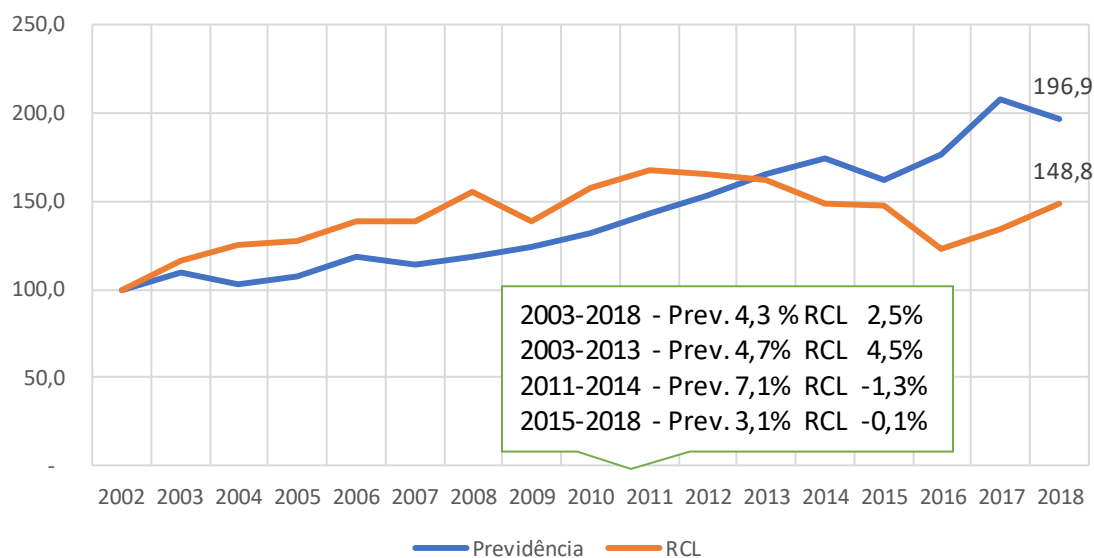
Gráfico 2.7. RJ - Despesa com previdência em % da RCL, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(R.janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/H194)

O grande desequilíbrio foi gerado nos períodos seguintes, quando à despeito da grande queda da receita, a despesa previdenciária continuou com grandes taxas de crescimento. Entre 2011-2014 (o pior deles), **para uma taxa negativa da RCL de -1,3%, a despesa previdenciária cresceu 7,1%.**

Gráfico 2.7.1. RJ - Crescimento real da despesa do previdência, 2002-2018

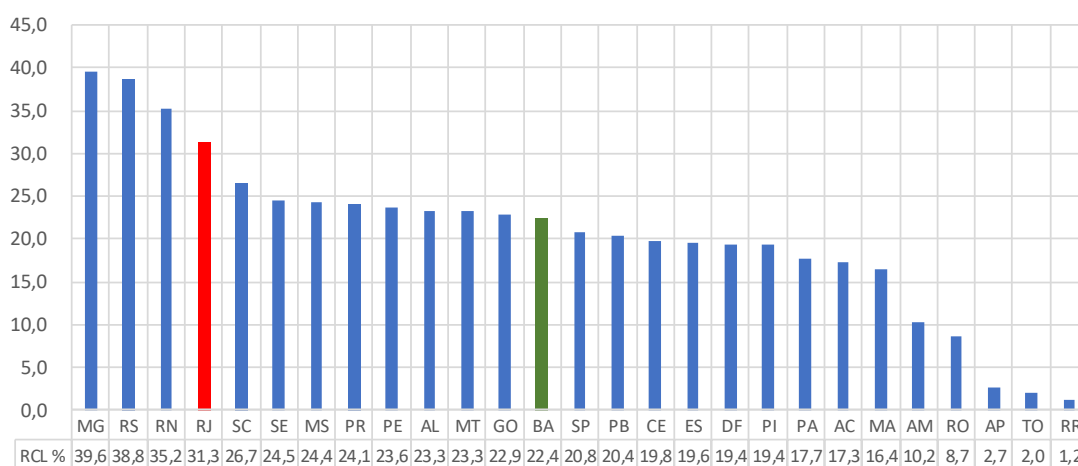


Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(R.Janeiro - indicadores financeiros/planilha 2/H235)

No período 2015-2018, mesmo a RCL tendo decrescido 0,1%, a despesa previdenciária cresceu 3,1%. O descompasso entre o crescimento da RCL (negativo) e o da despesa previdenciária (positivo) formou uma “boca de jacaré”, conforme se observa no gráfico 2.7.1.

Na comparação com os demais estados, o Estado do Rio de Janeiro ocupa a 4ª posição, como 31,3% da RCL em 2018, quando a mediana, que foi de 22,4% (gráfico 2.7.2).

2.7.2. RJ -Despesa com previdência em % da RCL no País, em 2018



Fonte: Tabela A do Anexo de Tabelas.
(R.Janeiro - Indicadores financeiros/planilha3/AD-16).

e) Resultado orçamentário e receitas de capital

A tabela 2.3 e o gráfico 2.8 mostram que nos 17 anos decorridos no período 2002-2018, em oito houve déficit orçamentário, formando um total negativo de R\$ 17,8 bilhões ou -2,3% da RCL. Se, no entanto, retirarmos as receitas de capital, esse total alcança R\$ 90 bilhões negativos, -9,8 da RCL.

Grande parte desse déficit deve-se aos investimentos num montante de R\$ 82,85 bilhões, ou 8,3% da RCL. No entanto, no período de 2012 a 2018 os déficits sem as receitas de capital foram muito maiores que os investimentos, denotando que os resultados negativos ocorreriam mesmo sem qualquer investimento. É o que foi demonstrado quando da análise da margem para investir no item 2.2.a, gráfico 2.3.

Convém salientar que os resultados orçamentários negativos por si só não dizem muita coisa, pois poderão ser mascarados pelo nível de investimentos e pelas receitas de capital. Mas eles quando de forma continuada implicam em aumento do endividamento.

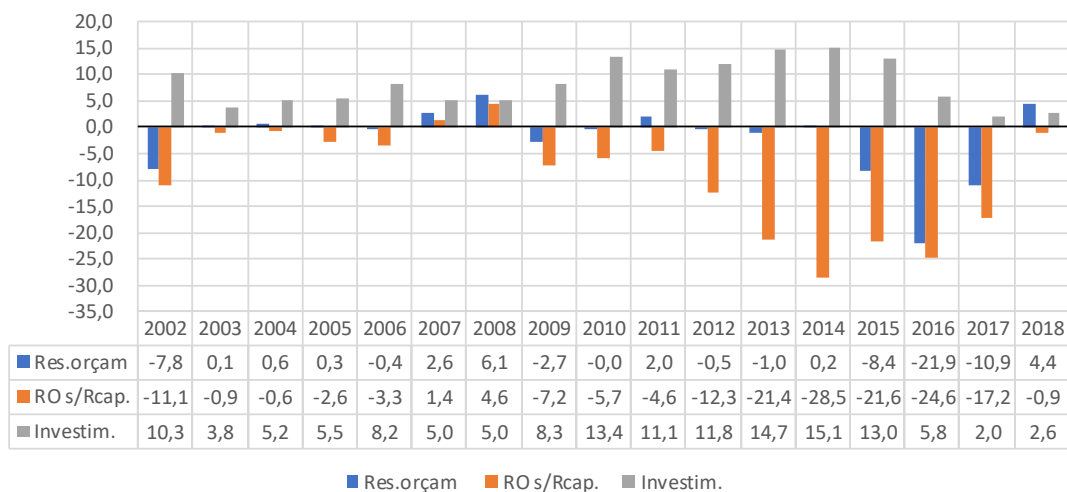
Tabela 2.3. RJ - Resultado orçamentário e receitas de capital, 2002-2018					
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio anual).					
ANO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		RECEITAS	RES.ORÇAMENTÁRIO SEM REC.CAPITAL	
	VALOR	RCL - %	DE CAPITAL *	VALOR	RCL - %
	1	2	3	4 = 1+3	5
2002	-3.160,4	-7,8%	1.327,5	-4.487,9	-11,1%
2003	60,9	0,1%	475,8	-414,9	-0,9%
2004	314,7	0,6%	638,1	-323,4	-0,6%
2005	130,6	0,3%	1.497,4	-1.366,7	-2,6%
2006	-210,2	-0,4%	1.627,8	-1.838,0	-3,3%
2007	1.467,9	2,6%	673,5	794,4	1,4%
2008	3.822,4	6,1%	931,0	2.891,4	4,6%
2009	-1.513,1	-2,7%	2.526,6	-4.039,7	-7,2%
2010	-26,3	0,0%	3.618,3	-3.644,6	-5,7%
2011	1.363,6	2,0%	4.447,1	-3.083,6	-4,6%
2012	-328,5	-0,5%	7.918,1	-8.246,6	-12,3%
2013	-636,3	-1,0%	13.394,1	-14.030,4	-21,4%
2014	110,2	0,2%	17.335,0	-17.224,8	-28,5%
2015	-5.042,0	-8,4%	7.894,8	-12.936,9	-21,6%
2016	-10.881,1	-21,9%	1.316,8	-12.197,9	-24,6%
2017	-5.900,1	-10,9%	3.423,7	-9.323,8	-17,2%
2018	2.653,4	4,4%	3.216,3	-562,9	-0,9%
TOTAIS	-17.773,3	-2,3%	72.264,9	-90.036,1	-9,8%

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs do Estado.

(*) Basicamente operações de crédito. (R.Janeiro - Indicadores financeiros/planilha 4/D-27).

2.8. RJ - Resultado orçamentário com sem as receitas de capital e investimentos, 2002-2018

Em % da RCL



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.

(R.Janeiro - Indicativos financeiros/planilha4/P33).

ANO	INVESTIMENTOS	RCL	Inv./RCL- %
2002	4.198,0	40.573,4	10,3%
2003	1.801,5	47.349,8	3,8%
2004	2.639,6	50.718,9	5,2%
2005	2.859,1	51.614,9	5,5%
2006	4.595,3	56.007,1	8,2%
2007	2.800,9	56.072,3	5,0%
2008	3.141,4	63.063,2	5,0%
2009	4.656,0	56.173,4	8,3%
2010	8.538,2	63.867,6	13,4%
2011	7.498,5	67.765,6	11,1%
2012	7.926,6	66.956,4	11,8%
2013	9.659,7	65.550,5	14,7%
2014	9.145,8	60.502,7	15,1%
2015	7.817,5	59.935,5	13,0%
2016	2.897,9	49.649,6	5,8%
2017	1.066,3	54.197,7	2,0%
2018	1.575,0	60.371,9	2,6%
Total	82.817,3	970.370,5	8,3%

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010.
Após: RREOs do Estado.
(R.Janeiro - Indicadores financeiros/planilha 4/N-2).

3. Estado do Rio de Janeiro no “ranking” nacional em 2018

A tabela 3.1 traz a posição do Estado do Rio de Janeiro no “rank” nacional em alguns indicadores financeiros selecionados. Esses indicadores foram classificados em **diretos e indiretos**.

São **indicadores diretos** aqueles cujo maior percentual em relação à RCL indica uma **situação melhor**. É o caso dos resultados orçamentário e do primário e da margem para investir.

São **indicadores indiretos** aqueles cujo maior participação na RCL indica uma **situação pior**. É o caso das despesas.

A tabela 3.1 sintetiza a tabela A do Anexo de tabelas do que passamos a tratar.

Tabela 3.1. Estado do Rio de Janeiro no "ranking" nacional, em 2018

INDICADORES	RCL - %	Posição <i>Ranking</i>	Média Estados
INDICADORES DIRETOS			
Investimentos	2,6	27	8,1
Resultado orçamentário	4,4	3	-1,3
Resultado primário	3,3	12	2,9
Margem para investir	1,7	17	3,0
Cresc.real da RCL 2003-2018	2,5	26	4,0
INDICADORES INDIRETOS			
DCL/RCL *	232,0%	1	71,2%
Pessoal e enc.sociais	65,9	7	62,4
Pessoal + ODC	97,4	3	91,1
Previdência	31,3	4	20,6
Serviço da dívida	1,0	27	5,9

Fonte: Tabela A do Anexo. * RCL da LRF, no caso.
(R.Janeiro - Indicadores financeiros/planilha3/X-41).

Dos cinco **indicadores diretos**, dois estão acima da média nacional e, portanto, **melhores**: resultado orçamentário, resultado primário. Três estão abaixo da média e, portanto, são piores: investimentos, margem para investir e crescimento da RCL.

Dos cinco **indicadores indiretos**, apenas um o serviço da dívida está abaixo da média e, portanto, **melhor**, em decorrência do RRF. São **piores os demais quatro**: a razão DCL/RCL pessoal e encargos sociais, pessoal mais ODC e previdência.

Concluindo, dos dez indicadores, três estão **melhores** que a média nacional, e sete, piores. **Os indicadores melhores** decorrem da adesão ao RRF.

Conclusão

O Estado do Rio de Janeiro apresentou nos 16 anos entre 2003-2018 a taxa de crescimento da RCL de 2,5%, a 26ª (penúltima) do País. No período 2003-2011 a taxa foi de 5,9%, devido ao “boom das commodities”. A partir de 2011, até 2016, a taxa caiu para **-6%**, devido à recessão econômica. No biênio 2017-2018 apresentou grande recuperação, com uma taxa de 10,3% ao ano, mas, mesmo assim, o valor de 2018 ainda ficou 11% abaixo do patamar de 2011 em moeda constante. A média e a mediana dos estados foram 4% em todo o período.

Isso foi reflexo do reduzido crescimento do ICMS, o principal item de receita, que cresceu a uma taxa real anual de apenas 2%, a última do País, quando a mediana foi de 4,8%. O Estado do Rio de Janeiro apresentou grande **queda de arrecadação**, com destaque ao período 2013-2016, quando a RCL caiu 24%, os royalties e participação especial caíram 66% e o ICMS, 20%, tudo em termos reais. Mesmo recuperando no biênio seguinte, ainda houve grande queda de arrecadação no período citado.

Tufo isso, conjugado com a grade crescimento da despesa corrente não financeira (pessoal mais ODC), especialmente no período 2011-2014, gerou uma margem para investir que passou a ser negativa a partir de 2012, alcançando índices alarmantes de -18,7% em 2016 e de -15,2% em 2017.

O mesmo ocorreu com o resultado primário, com altos déficits no mesmo período, que produziram grande crescimento da dívida, passando a relação DCL/RCL de 146% em 2011 para 262,6% em 2018. O serviço da dívida que era crescente até 2014, caiu no último triênio, devido ao acordo de 2016 e à adesão

ao RRF. Isso contribuiu para a uma melhor margem para investir no biênio 2017 e 2018.

A despesa previdenciária, que vem crescendo desde o início da série, passou a apresentar grande crescimento a partir de 2011 que, conjugado com a queda da receita nesse período, formou uma “boca de jacaré”, que foi o grande responsável pela situação deficitária atual do Estado. Os altos reajustes salariais do período 2011-2014, o que ocorreu na maioria dos estados, impactaram sobremaneira a despesa previdenciária, devido ao princípio da **integralidade e paridade** nos vencimentos dos servidores.

Os resultados orçamentários, quando se retira a receita de capital foram negativos e altos, maiores que os investimentos realizados, denotando grandes margens para investir negativas entre 2012 e 2017.

Dos dez indicadores selecionados em 2018, o Estado do Rio de Janeiro apresentou resultado abaixo da média nacional em sete deles. Os três melhores decorrem da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

O Estado do Rio de Janeiro tem três grandes problemas estruturais: baixo crescimento da receita, grande crescimento da despesa previdenciária e alto endividamento, que vai se manter alto pela cessação dos pagamentos durante a vigência o RRF. A despesa com pessoal também apresenta grande crescimento, cuja causa principal é a previdência. O Estado deve evitar também a repetição dos reajustes salariais muito acima da inflação, como os citados.

Porto /alegre, 14 de agosto de 2019.

Referências Bibliográficas

STN – Execução Orçamentária dos Estados, 2002-2009.

Estado do Paraná – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal, 2010 -2018. Dados retirados do “site” próprio.

SANTOS – Darcy Francisco Carvalho dos. Estados brasileiros em 15 anos da Lei de Responsabilidade. Fiscal. Disponível em:

<http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>.

SANTOS. Darcy Francisco Carvalho dos Santos. O Rio grande tem saída? Editora Age, 2014. Porto Alegre-RS.

ANEXO DE TABELAS

ANEXO DE TABELAS

Tabela A. Indicadores financeiros dos estados em 2018, em proporção da Recetia corrente líquida - RCL (*)

INDICADORES INDIRETOS											INDICADORES DIRETOS										
Or-dem	UF	ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR - Situação pior.									ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR: situação melhor										
		DCL/RCL**	Pos.	Pessoal e Enc.sociais	Pos.	Pessoal+ ODC ***	Pos.	Previdência (bruta)	Pos.	S.divida	Pos.	Investi-mentos	Pos.	Resultado orçam.	Pos.	Resultado primário	Pos.	Margem p/ investir	Pos.	Receitas capital	Pos.
1	AC	73,0%	9	67,2	5	90,7	16	17,3	21	8,0	5	8,6	13	-0,9	14	1,4	18	1,3	18	6,38	3
2	AL	103,0%	5	61,7	15	86,1	22	23,3	10	7,7	6	11,8	4	-3,8	21	7,6	5	6,1	7	1,84	22
3	AM	41,0%	17	50,6	27	87,1	21	10,2	23	5,7	14	9,5	10	2,8	6	4,0	10	7,1	6	5,10	7
4	AP	14,0%	25	55,7	23	77,0	27	2,7	25	5,0	17	4,0	25	13,9	1	-3,6	26	17,9	1	-	27
5	BA	56,0%	12	60,5	17	92,6	10	22,4	13	4,7	18	9,2	12	-2,6	18	0,0	23	2,7	14	3,95	11
6	CE	44,0%	15	55,5	24	88,5	20	19,8	16	6,9	8	15,4	1	-3,4	20	2,5	14	4,6	10	7,43	2
7	DF	30,0%	21	59,2	20	96,6	5	19,4	18	2,6	26	5,4	20	-0,3	13	-1,7	25	0,9	19	4,21	10
8	ES	26,0%	24	51,8	26	82,1	25	19,6	17	4,4	19	10,9	6	3,5	4	6,1	6	13,5	3	0,89	26
9	GO	94,0%	6	62,4	12	91,7	13	22,9	12	8,7	4	7,4	14	-6,0	23	4,6	9	-0,4	23	1,75	23
10	MA	42,0%	16	65,6	8	100,7	2	16,4	22	6,8	9	10,3	7	-11,8	26	1,4	19	-7,5	26	5,98	4
11	MG	203,0%	3	82,2	1	104,2	1	39,6	1	12,7	1	3,2	26	-19,2	27	2,4	15	-16,9	27	0,98	25
12	MS	78,0%	8	66,9	6	91,7	14	24,4	7	5,3	16	11,5	5	1,0	8	4,8	8	3,0	13	9,48	1
13	MT	41,0%	18	73,3	2	94,4	8	23,3	11	5,8	13	6,1	18	-2,5	17	7,9	4	-0,1	21	3,72	14
14	PA	9,0%	26	61,9	14	91,6	15	17,7	20	2,7	25	13,1	2	-3,0	19	-7,9	27	5,8	9	4,37	8
15	PB	30,0%	22	56,7	22	90,6	17	20,4	15	3,5	21	7,0	15	2,0	7	2,4	16	5,8	8	3,15	17
16	PE	58,0%	11	61,4	16	91,9	12	23,6	9	6,2	12	6,0	19	0,1	12	3,5	11	1,8	16	4,27	9
17	PI	45,0%	14	59,5	19	93,2	9	19,4	19	4,4	20	9,5	9	-1,2	15	-1,5	24	2,5	15	5,85	5
18	PR	29,3%	23	64,4	9	89,2	19	24,1	8	3,3	23	9,3	11	0,4	11	0,05	22	7,5	5	2,23	20
19	RJ	232,0%	1	65,9	7	97,4	3	31,3	4	1,0	27	2,6	27	4,4	3	3,3	12	1,7	17	5,33	6
20	RN	8,0%	27	62,7	11	81,9	26	35,2	3	2,9	24	13,0	3	6,0	2	5,0	7	15,2	2	3,79	12
21	RO	50,0%	13	57,2	21	85,9	23	8,7	24	3,5	22	10,2	8	3,0	5	2,8	13	10,6	4	2,59	18
22	RR	35,0%	19	59,6	18	89,8	18	1,2	27	6,6	10	5,2	22	0,6	9	11,0	1	3,7	12	2,10	21
23	RS	218,9%	2	71,8	3	96,0	6	38,8	2	9,8	3	4,3	24	-6,8	25	2,0	17	-5,8	25	3,35	16
24	SC	93,0%	7	62,4	13	92,2	11	26,7	5	7,6	7	6,5	17	-5,0	22	1,2	20	0,2	20	1,21	24
25	SE	60,0%	10	63,2	10	94,5	7	24,5	6	5,6	15	5,2	21	-1,6	16	0,9	21	-0,2	22	3,79	13
26	SP	175,0%	4	53,9	25	85,3	24	20,8	14	10,6	2	7,0	16	0,6	10	8,5	2	4,1	11	3,50	15
27	TO	33,0%	20	71,4	4	97,1	4	2,0	26	6,4	11	5,2	23	-6,2	24	8,4	3	-3,5	24	2,38	19
Média		71,2%		62,4		91,1		20,6		5,9		8,1		-1,3		2,9		3,0		3,7	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

** 2017.

(*) RCL: gerencial. Diferença entre receitas correntes e transferências aos municípios, incluídas (***) Outras despesas correntes.

(R.Janeiro- indicadores financeiros/Planilha 3)

Tabela B do Anexo. RCL dos estados, 2002 - 2018																		
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio).																		
UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa anal
AC	2.673	2.454	2.592	3.065	-	3.615	4.076	4.342	4.483	4.686	4.903	5.208	5.684	4.825	4.976	4.866	5.138	4,2
AL	4.556	4.430	4.894	5.136	5.415	6.079	6.450	6.266	6.693	7.130	7.104	7.252	7.579	7.340	8.444	7.738	8.290	3,8
AM	7.808	7.097	8.105	8.651	9.040	9.967	11.315	10.366	11.954	12.886	14.175	14.309	14.421	13.179	13.166	12.896	14.040	3,7
AP	2.298	2.187	2.621	2.969	3.216	3.622	4.147	3.659	4.135	4.347	5.091	4.591	5.423	2.485	4.420	-	4.906	4,9
BA	20.520	20.347	22.935	23.867	25.552	25.162	26.980	26.761	30.263	31.505	33.638	34.038	35.680	34.562	33.860	33.994	35.021	3,4
CE	12.454	11.911	12.263	13.196	12.808	15.295	17.576	17.916	19.733	20.855	19.426	18.752	19.005	18.348	19.790	19.119	19.969	3,0
DF	18.665	11.750	12.565	13.685	14.956	15.982	17.823	18.209	19.438	20.252	21.170	21.998	22.785	29.307	27.542	21.515	21.888	1,0
ES	7.654	8.589	10.090	11.743	12.365	13.772	14.012	12.913	13.653	15.165	16.062	14.693	15.451	14.381	13.156	13.041	13.942	3,8
GO	9.915	11.145	12.345	12.711	13.047	14.599	16.230	15.735	17.553	19.713	20.842	21.316	21.921	21.022	21.364	22.625	22.374	5,2
MA	7.983	7.097	6.874	7.939	8.625	9.750	10.921	10.918	11.407	12.631	13.650	12.806	13.437	13.111	13.912	13.547	13.905	3,5
MG	31.979	34.687	37.004	40.782	44.290	48.416	55.701	50.580	54.888	57.564	58.751	59.278	61.442	60.608	57.045	57.158	58.603	3,9
MS	5.098	5.474	6.348	6.160	6.892	7.565	8.711	8.416	8.795	9.475	9.887	10.128	10.733	10.129	10.515	10.571	11.540	5,2
MT	6.154	7.399	8.354	8.922	9.012	9.983	11.152	11.145	11.940	12.337	13.324	13.686	14.394	14.146	15.058	15.286	15.950	6,1
PA	8.773	8.456	9.290	10.007	11.120	12.084	13.839	13.917	15.088	16.190	18.738	18.540	19.796	20.125	19.746	19.186	19.547	5,1
PB	5.313	5.348	5.424	6.609	7.210	7.648	8.112	8.259	8.585	9.450	9.409	9.931	10.211	9.652	9.820	9.774	9.916	4,0
PE	13.970	12.911	14.394	16.326	15.005	16.113	18.368	18.553	20.983	22.927	23.416	24.252	24.606	24.010	23.310	23.436	24.297	3,5
PI	3.942	3.372	4.189	4.996	5.434	5.756	7.037	7.069	7.579	7.942	8.307	8.132	8.227	8.032	8.457	8.671	9.069	5,3
PR	20.332	19.593	20.388	21.444	22.557	23.812	26.202	26.231	27.893	29.973	31.254	35.930	37.571	38.716	38.387	39.660	39.194	4,2
RJ	40.573	47.350	50.719	51.615	56.007	56.072	63.063	56.173	63.868	67.766	66.956	65.551	60.503	59.935	49.650	54.198	60.372	2,5
RN	5.504	5.231	5.932	6.764	7.487	7.695	8.463	8.447	9.238	9.362	10.058	10.284	10.336	11.274	9.629	9.831	9.687	3,6
RO	3.381	3.420	3.843	4.426	4.521	4.953	5.870	5.618	6.198	7.142	7.130	6.814	7.322	7.034	7.194	6.954	7.273	4,9
RR	1.940	1.662	1.747	2.158	2.380	2.510	3.265	2.810	2.941	3.740	3.356	3.437	3.646	3.402	3.698	3.404	3.611	4,0
RS	24.771	25.307	24.843	26.355	27.570	28.306	31.527	31.625	35.452	34.899	35.374	38.092	38.484	36.731	39.113	38.676	40.468	3,1
SC	11.904	10.877	12.670	14.267	13.213	16.357	18.880	17.897	19.805	21.564	21.608	22.243	23.507	23.510	22.897	22.900	23.709	4,4
SE	4.604	4.298	4.616	5.417	5.855	6.081	7.001	6.876	8.724	7.628	7.923	7.873	7.989	7.666	7.588	7.401	7.636	3,2
SP	106.710	102.389	110.029	118.116	129.344	135.917	149.353	150.775	166.550	168.738	171.782	180.434	178.103	169.285	155.843	162.418	164.336	2,7
TO	3.788	3.639	3.844	4.676	4.821	5.335	6.232	5.925	6.509	7.182	7.492	7.509	8.087	7.693	8.950	7.748	7.417	4,3
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.																		4,0
(RJ - indicadores financeiros/RCL dos estados)																		

Anexo de tabelas												
Tabela C - Estado do R.Janeiro - principais variáveis financeiras, 2002-2018												
Em R\$ milhões correntes												
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Serço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital	
2002	15303,6	3622,3		1583,4	4045,9	9368,2	1998,9	-1192,1	246,1	-109,4	500,7	
2003	20.488	4.534		779	6.595	11.016	2.277	26	1.848	600	206	
2004	23.393	4.531		1.217	8.516	11.286	2.524	145	2.113	1.068	294	
2005	25.442	5.079		1.409	9.591	12.405	2.710	64	417	736	738	
2006	28.762	5.857		2.360	10.754	13.696	2.896	- 108	706	1.416	836	
2007	29.844	5.853		1.491	10.618	14.099	3.214	781	2.192	1.914	358	
2008	35.471	6.413		1.767	12.932	15.744	3.401	2.150	3.608	3.393	524	
2009	33.140	7.008		2.747	12.628	16.632	3.516	- 893	166	364	1.491	
2010	39.577	7.876		5.291	13.909	19.246	3.562	- 16	1.759	2.860	2.242	
2011	44.780	9.060		4.955	16.042	21.720	4.100	901	2.857	2.917	2.939	
2012	46.636	10.249		5.521	17.357	24.643	4.859	- 229	- 552	- 223	5.515	
2013	48.489	11.744		7.146	13.377	32.582	5.763	- 471	- 4.096	- 3.233	9.908	
2014	47.588	13.160		7.194	29.044	18.216	6.682	87	- 6.974	- 6.354	13.635	
2015	51.399	13.359	1.805	6.704	29.094	19.409	7.285	- 4.324	- 3.958	- 4.390	6.770	
2016	46.299	15.784	1.822	2.702	29.436	20.819	4.716	- 10.147	- 6.325	- 8.672	1.228	
2017	52.282	19.287	1.981	1.029	19.085	39.361	1.801	- 5.691	- 6.205	- 7.966	3.303	
2018	60.372	18.907	2.859	1.575	18.965	39.814	582	2.653	1.978	1.012	3.216	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

(RJ - indicadores financeiros/Planilha 5)

Anexo de tabelas												
Tabela D - Estado do R.de Janeiro - principais variáveis financeiras, 2002-2018												
Em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA médio anual).												
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital	
2002	40.573,4	9.603,5	-	4.198,0	10.726,5	24.837,3	5.299,5	-3.160,4	652,4	-290,0	1.327,5	
2003	47.349,8	10.479,6	-	1.801,5	15.241,5	25.459,6	5.262,2	60,9	4.270,8	1.386,6	475,8	
2004	50.718,9	9.823,7	-	2.639,6	18.462,7	24.468,5	5.471,4	314,7	4.581,9	2.316,2	638,1	
2005	51.614,9	10.304,3	-	2.859,1	19.457,6	25.166,5	5.498,4	130,6	846,3	1.492,4	1.497,4	
2006	56.007,1	11.404,5	-	4.595,3	20.941,3	26.669,2	5.639,3	-210,2	1.375,3	2.757,3	1.627,8	
2007	56.072,3	10.996,2	-	2.800,9	19.949,4	26.489,4	6.038,3	1.467,9	4.117,9	3.595,3	673,5	
2008	63.063,2	11.401,5	-	3.141,4	22.991,3	27.991,8	6.047,3	3.822,4	6.415,4	6.032,8	931,0	
2009	56.173,4	11.879,7	-	4.656,0	21.405,1	28.192,2	5.960,0	-1.513,1	281,7	616,3	2.526,6	
2010	63.867,6	12.709,2	-	8.538,2	22.446,0	31.057,4	5.748,1	-26,3	2.838,1	4.616,1	3.618,3	
2011	67.765,6	13.710,0	-	7.498,5	24.276,6	32.869,7	6.204,2	1.363,6	4.323,8	4.415,0	4.447,1	
2012	66.956,4	14.714,6	-	7.926,6	24.919,2	35.380,6	6.976,6	-328,5	-792,9	-320,0	7.918,1	
2013	65.550,5	15.875,7	-	9.659,7	18.083,3	44.046,6	7.791,2	-636,3	-5.536,7	-4.370,6	13.394,1	
2014	60.502,7	16.731,9	-	9.145,8	36.926,4	23.159,3	8.495,9	110,2	-8.866,9	-8.078,9	17.335,0	
2015	59.935,5	15.578,3	2.104,8	7.817,5	33.926,6	22.633,2	8.495,0	-5.042,0	-4.614,9	-5.119,3	7.894,8	
2016	49.649,6	16.926,0	1.953,8	2.897,9	31.566,5	22.325,3	5.057,7	-10.881,1	-6.782,4	-9.300,0	1.316,8	
2017	54.197,7	19.993,5	2.054,1	1.066,3	19.784,7	40.803,0	1.867,5	-5.900,1	-6.432,0	-8.257,5	3.423,7	
2018	60.371,9	18.907,5	2.858,8	1.575,0	18.964,6	39.813,5	581,7	2.653,4	1.978,1	1.012,1	3.216,3	
Taxa	2,5%	4,3%		-5,9%	3,6%	3,0%	-12,9%	#NÚM!	7,2%	#NÚM!	5,7%	
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.												
(RJ - indicadores financeiros/Planilha 5)												

Tabela E do Aenexo - ICMS do estados nos períodos selecionados								
Valores em R\$ 1.000,00 constantes de 2018 pelo IPCA médio anual.								
UF	2002	2013	2018	Taxas reais por período				
				2002-2013	2013-2018	Ordem	2002-2018	Ordem
AC	449.338	1.066.764	1.413.100	8,2%	5,8%	1	7,4%	1
AL	1.764.569	3.711.411	4.267.900	7,0%	2,8%	5	5,7%	6
AM	5.141.227	10.038.544	9.276.300	6,3%	-1,6%	22	3,8%	20
AP	366.547	1.060.508	841.500	10,1%	-4,5%	26	5,3%	9
BA	13.124.985	21.199.872	23.507.600	4,5%	2,1%	8	3,7%	21
CE	6.278.159	11.579.422	11.841.800	5,7%	0,4%	15	4,0%	19
DF	5.697.947	8.347.572	7.988.900	3,5%	-0,9%	21	2,1%	25
ES	6.268.201	11.633.959	10.198.700	5,8%	-2,6%	24	3,1%	24
GO	7.726.199	15.989.764	15.691.200	6,8%	-0,4%	19	4,5%	16
MA	2.378.345	5.874.889	6.881.300	8,6%	3,2%	4	6,9%	3
MG	24.915.689	47.645.681	61.976.500	6,1%	5,4%	2	5,9%	4
MS	3.557.316	8.434.914	8.568.700	8,2%	0,3%	16	5,6%	7
MT	4.882.886	10.244.433	9.933.300	7,0%	-0,6%	20	4,5%	15
PA	4.514.898	10.387.982	10.850.300	7,9%	0,9%	12	5,6%	8
PB	2.424.980	5.209.698	5.491.000	7,2%	1,1%	11	5,2%	10
PE	7.496.578	15.604.945	15.444.500	6,9%	-0,2%	18	4,6%	14
PI	1.433.777	3.594.304	4.451.600	8,7%	4,4%	3	7,3%	2
PR	14.795.687	28.018.274	29.842.100	6,0%	1,3%	9	4,5%	17
RJ	27.234.804	45.264.564	37.644.950	4,7%	-3,6%	25	2,0%	27
RN	2.689.613	5.321.749	5.662.300	6,4%	1,2%	10	4,8%	13
RO	1.694.558	3.608.879	3.636.500	7,1%	0,2%	17	4,9%	11
RR	317.030	700.503	527.700	7,5%	-5,5%	27	3,2%	23
RS	19.124.130	31.764.980	32.513.200	4,7%	0,5%	13	3,4%	22
SC	10.071.694	18.844.411	21.329.700	5,9%	2,5%	7	4,8%	12
SE	1.761.117	3.380.855	3.458.100	6,1%	0,5%	14	4,3%	18
SP	96.646.069	152.357.313	135.498.800	4,2%	-2,3%	23	2,1%	26
TO	1.076.917	2.244.109	2.495.986	6,9%	2,2%	6	5,4%	5
BRASIL	273.833.261	483.130.298	481.233.536	6,6%	0,5%		4,6%	
Mediana					0,5%		4,8%	

Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados.
(Estados 2019/Rio Janeiro - Indicadores financeiros/ICMS/D5).